

Vinte anos do Real e os Contratos Administrativos

Autor(a): Floriano de Azevedo Marques Neto

Publicado em: 25 de agosto de 2014

Publicação: migalhas_import

Link JurisTube: <https://juristube.com.br/colunistas/floriano-de-azevedo-marques-neto/vinte-anos-do-real-e-os-contratos-administrativos>

Fonte original: <https://www.migalhas.com.br/depeso/206375/vinte-anos-do-real-e-os-contratos-administrativos>

Identificador citável: juristube.com.br/colunistas/floriano-de-azevedo-marques-neto/vinte-anos-do-real-e-os-contratos-administrativos#ep-e19401f9

Resumo

Por Floriano de Azevedo Marques Neto. O aniversário de duas décadas do Plano Real, comemorado recentemente, suscitou várias análises. Algumas consequências jurídicas importantíssimas, entretanto, não ...

Texto integral

O aniversário de duas décadas do Plano Real, comemorado recentemente, suscitou várias análises. Todos reconhecem sua importância na economia e na vida dos brasileiros. Mas há consequências jurídicas importantíssimas que não têm recebido o devido destaque. Uma delas é no campo do direito administrativo. Podemos dizer que o Plano Real reinventou o contrato administrativo. Não é exagero. Um dos elementos nucleares de qualquer contrato é o preço. Antes do Real o preço pactuado entre Administração e particular numa licitação era uma mera referência numérica, um detalhe menor. A retribuição pecuniária que o contratado efetivamente receberia era quase aleatória. Dependia da virtude ou da sorte do índice de reajuste conseguir capturar corretamente a inflação futura; do poder público pagar mais ou menos em dia (o que, obviamente, não ocorria); do instante em que o privado conseguiria contratar os insumos necessários. O valor do contrato não refletia em nada o preço efetivo do bem, serviço ou obra correspondente ao seu objeto. Por um lado, porque o preço vencedor da licitação necessariamente continha embutido um seguro (nunca suficiente) contra a inflação futura (que ninguém sabia bem qual seria). Por outro lado porque parte substancial da remuneração não vinha da medição do quanto executado, mas do valor recebido a título de reajuste, em fatura complementar ou em ação judicial. Responsabilidade fiscal, então, era quase uma contradição em termos. O bom gestor fiscal era aquele que procrastinava ao máximo o pagamento de suas obrigações, impingindo um “desconto compulsório” ao fornecedor. Agindo assim, podia contratar ilimitadamente, pois orçamento, empenho e liquidação de despesa eram meros documentos contábeis sem maiores consequências. Nas grandes empresas do setor de infraestrutura, por exemplo, o departamento financeiro era dezenas de vezes mais importante que o setor de engenharia ou o de orçamentação e logística. As empresas faziam mais engenharia financeira do que engenharia civil. Com a estabilização monetária trazida pelo Real, o preço passou a se aproximar de sua função: sinalizar o valor de uma mercadoria, bem, obra, serviço. Com isso, tornou-se possível uma série de fatos que frequentam hoje o dia a dia dos contratos administrativos. Cito apenas alguns. A cláusula de reajuste segue importante, mas assumiu um papel secundário em

relação a outros aspectos como, por exemplo, o planejamento da execução do objeto. Com todos os exageros e abuso praticados no tema pelos órgãos de controle (tema para um outro artigo), passou a ser possível à Administração dispor de bancos de dados públicos de preços de insumos, bem como se fazer o controle de economicidade de custos unitários. As boas empresas passaram a se ocupar em buscar produtividade com soluções inovadoras e investimentos em tecnologia. Ou buscar ganhos de escala e escopo na contratação com seus fornecedores. Pagar a destempo deixou de ser um bom negócio, reduzindo – ainda que, infelizmente, não eliminando – a prática do atraso deliberado no pagamento de faturas. Um grande desafio cultural e institucional no Brasil é fazer o contrato administrativo respeitado e honrado. Algo quase acaciano, mas que muitas vezes soa exótico. Como parece por aqui ser um tanto excêntrico acreditar que o preço resultante de uma licitação pública reflita a mensuração correta do valor de mercado para o objeto de que necessita a Administração. Para uma e outra coisa é fundamental confiar na moeda. O Plano Real nos deu esta possibilidade, mesmo que o perigo da inflação siga rondando. E, com isso, transformou o contrato administrativo de uma pantomima num instituto potencialmente fiável. Ao menos enquanto o Judiciário permitir. _____ * Floriano de Azevedo Marques Neto é advogado do escritório Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados .

Como citar este documento

As citações abaixo seguem os padrões ABNT NBR 6023:2018, APA 7ª edição, Chicago Author-Date (17ª ed.) e BibTeX (LaTeX). Copie o formato exigido pelo periódico ou gerenciador bibliográfico (Zotero, Mendeley, EndNote).

ABNT (NBR 6023:2018)

NETO, Floriano de Azevedo Marques. Vinte anos do Real e os Contratos Administrativos. migalhas_import, 25 ago. 2014. Disponível em:

<https://www.migalhas.com.br/depeso/206375/vinte-anos-do-real-e-os-contratos-administrativos>. Acesso via: JurisTube — Acervo Digital de Direito. Disponível em: <https://juristube.com.br/colunistas/floriano-de-azevedo-marques-neto/vinte-anos-do-real-e-os-contratos-administrativos>. Acesso em: 26 set. 2026.

APA 7ª edição

Neto, F. D. A. M. (2014, August 25). Vinte anos do Real e os Contratos Administrativos. *migalhas_import*. <https://www.migalhas.com.br/depeso/206375/vinte-anos-do-real-e-os-contratos-administrativos>

Chicago Author-Date (17ª ed.)

NETO, Floriano de Azevedo Marques. 2014. "Vinte anos do Real e os Contratos Administrativos."

migalhas_import, August 25.

<https://www.migalhas.com.br/depeso/206375/vinte-anos-do-real-e-os-contratos-administrativos>

BibTeX

```
@article{floriano-de-azevedo-marques-neto-vinte-anos-do-real-e-os-contratos-admini-2014,
author = {Neto, Floriano de Azevedo Marques},
title = {Vinte anos do Real e os Contratos Administrativos},
journal = {migalhas_import},
year = {2014},
url = {https://www.migalhas.com.br/depeso/206375/vinte-anos-do-real-e-os-contratos-administrativos},
urldate = {2014-08-25}
}
```



Licença de Uso — CC BY-NC-SA 4.0

Este conteúdo está licenciado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0). O uso para fins acadêmicos e educacionais é permitido, desde que citada a fonte original (JurisTube) conforme as normas técnicas indicadas neste documento.

Termos completos:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.pt-br>

JurisTube — Acervo Digital de Direito

<https://juristube.com.br/colunistas/floriano-de-azevedo-marques-neto/vinte-anos-do-real-e-os-contratos-administrativos>

PDF gerado em 2026-09-26 20:35 UTC